



APARTE / MARCO AURÉLIO WEISSHEIMER

Mídia e ditadura: uma caixa-preta difícil de abrir

A Argentina, ao contrário do que aconteceu no Brasil, está acertando as contas com seu passado recente, mais especificamente com o período da ditadura militar (1976-1983). Além de dar prosseguimento ao julgamento dos militares e policiais acusados de crimes como tortura e assassinato, o governo argentino decidiu mexer em outro vespeiro e levantou o tapete que escondia as relações promíscuas entre a ditadura e meios de comunicação. No dia 24 de agosto, a presidente Cristina Fernández de Kirchner apresentou um relatório de mais de 20 mil páginas acusando os donos dos principais jornais do país de envolvimento em crimes de lesa-humanidade cometidos durante a ditadura.

No relatório, intitulado *Papel Prensa, a Verdade*, o governo denuncia os proprietários dos jornais *La Nación*, *Clarín* e do extinto *La Razón*

de terem se apropriado ilegalmente e mediante ameaças da maior empresa fornecedora de papel jornal do país na época da ditadura, a *Papel Prensa*, em novembro de 1976. O documento relata como os antigos proprietários da empresa, o banqueiro David Gravier e sua esposa Lúcia, foram sequestrados pelos militares em 1977 e forçados a assinar papéis “vendendo” suas ações na empresa. Uma parte importante das investigações do governo argentino baseia-se no testemunho de Lúcia Papaleo que, além ter sido sequestrada, foi torturada pelos militares argentinos.

Os proprietários dos jornais acusados acusam o governo de querer controlar a imprensa e impor um regime de censura. A verdade é que,

como aconteceu também no Brasil, essas empresas apoiaram a ditadura, beneficiaram-se com ela e, possivelmente, são cúmplices diretos ou indiretos de vários crimes cometidos pelo regime ditatorial. Ao mexer na caixa preta da mídia, Cristina Kirchner comprou aquela que será, talvez, a mais pesada luta de seu governo.



Roberto Marinho de braços com o Gen. Figueiredo e com ACM

Porta-vozes do interesse público?

As empresas de comunicação têm o hábito de se apresentarem como porta-vozes do interesse público. Em que medida uma empresa privada, cujo objetivo central é o lucro, pode ser porta-voz do interesse público? Essas empresas participam ativamente da vida política, econômica e cultural do país, assumindo posições, fazendo escolhas, pretendendo dizer à população como ela deve ver o mundo. No caso do Brasil, assim como ocorreu na Argentina, a história recente de muitas dessas empresas é marcada pelo apoio a violações constitucionais, à deposição de governantes eleitos pelo voto e pela cumplicidade com crimes cometidos pela ditadura militar (cumplicidade ativa muitas vezes, como no caso do uso de veículos da *Folha de São Paulo* para o transporte de presos políticos torturados durante a famigerada Operação Bandei-

rantes).

Até hoje nenhuma dessas empresas julgou necessário justificar seu posicionamento durante a ditadura. Muitas delas sequer usam hoje a expressão “ditadura militar” ao se referir àquele triste período da história brasileira, preferindo falar em “regime de exceção”. Agem como se suas escolhas (de apoiar a ditadura) e os benefícios obtidos com elas fossem também expressões do “interesse público”. Apoiar o golpe militar que derrubou o governo Jango foi uma expressão do interesse público? Ser cúmplice de uma ditadura que pisoteou a Constituição brasileira, torturou e matou é credencial para se apresentar como defensor da liberdade? O silêncio dessas empresas diante dessas perguntas já é uma resposta.

Pisoteando a memória

Aqui no Rio Grande do Sul, temos também um triste capítulo dessa história que ainda está para ser devidamente contada. O jornal *Zero Hora* ocupou o lugar da *Última Hora*, fechado pelos militares por apoiar Jango. Esse foi o batismo de nascimento de ZH: a violência contra o Estado Democrático de Direito. Três dias depois da publicação do Ato Institucional nº 5 (13 de dezembro de 1968), ZH publicou matéria sobre o assunto afirmando que “o governo federal vem recebendo a solidariedade e o apoio dos diversos setores da

vida nacional”. No dia 1º de setembro de 1969, o jornal publica um editorial intitulado *A preservação dos ideais*, exaltando a “autoridade e a irreversibilidade da Revolução”. A última frase editorial fala por si: “Os interesses nacionais devem ser preservados a qualquer preço e acima de tudo”.

Interesses nacionais ou interesses empresariais? A expansão da empresa de mídia gaúcha se consolidou em 1970, com a criação da RBS. A partir das boas relações estabelecidas com os governos da ditadura militar e da ação

articulada com a Rede Globo, a RBS foi conseguindo novas concessões e diversificando seus negócios. Hoje, quem falar em resgatar essa história será acusado de ser “inimigo da liberdade de imprensa”. Enquanto a sociedade não decidir que abrir essa caixa preta é uma condição para o avanço da democracia no país, essas empresas, no Brasil, na Argentina e em outros países da América Latina seguirão praticando um de seus esportes preferidos: pisotear a memória e apresentar os seus interesses privados como se fossem interesses públicos.

ESCOLHA
O CAMINHO
DA INOVAÇÃO.

WWW.FEEVALE.BR/POS

Doutorado

Mestrado



UNIVERSIDADE
FEEVALE
CONHECIMENTO PARA INOVAR O MUNDO